

Travessias literárias pelas águas amazônicas

Maria Regina Figueiredo Horta*

O sonho de conhecer a Amazônia, que trago comigo desde a infância, foi sendo alimentado ao longo de minha vida pela literatura, pelas artes plásticas e visuais e também pelo cinema. Menina criada na cidade grande, as primeiras “viagens” a esse mundo misterioso se fizeram pelas narrativas da tradição oral, ouvidas na voz de uma contadora de histórias nas férias passadas no interior e, alguns anos depois, pela leitura de mitos e lendas tradicionais recontados por Monteiro Lobato. Naquela época, a Amazônia era para mim um mundo mágico coberto por águas sem começo nem fim, escondido pela mata gigantesca e habitado apenas pelos indígenas e por seres fantásticos e animais exóticos que podiam aparecer a qualquer momento – o Curupira, a Yara, a Boiúna...

Depois, na adolescência e juventude, o contato com a temática indígena se deu por meio de leituras na escola, quando conheci os guerreiros e as heroínas dos poemas épicos árcades e românticos e personagens de alguns dos romances de José de Alencar. Foi quando conheci o sentimento da honra nas atitudes do jovem guerreiro timbira e de seu velho pai, em **I Juca Pirama**; quando sofri com o amor infeliz de Peri por Ceci, de Iracema por Martim, de Moema por Caramuru... Só mais tarde me dei conta de que nos poemas épicos e nos romances românticos o herói indígena tem a função de representar uma possível identidade brasileira, numa nação que estava apenas se constituindo naquele contexto de produção literária. E não é à toa que encontramos, naquelas tramas, muitas índias cujas histórias acabam em tragédia - apaixonadas pelo branco, submetem-se ao invasor português e vão cumprir um triste destino. Como Moema, que se apaixona pelo português Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e que se joga ao mar tentando acompanhar o navio que o levaria de volta à Europa. Lembro-me da emoção sentida na leitura desse trecho da epopeia árcade. Emoção que me atingiu de novo quando vi pela primeira vez a tela de Victor Meirelles que mostra o corpo sem vida de Moema



depositado na praia pela maré. Destino semelhante teve Iracema, “a virgem dos lábios de mel”, criada por José de Alencar: apaixonada e submissa, ela se liga ao homem branco, que acaba por abandoná-la para voltar a sua gente, o que a leva à morte. As representações pictóricas que conheço de Iracema, como as de José Maria de Medeiros e Antônio Parreiras, expõem o desamparo e a tristeza da heroína de Alencar. Belos

corpos, belos sentimentos e tristes histórias de amor.

Já na universidade, essa idealização se rompeu de vez quando me aproximei, por meio de reportagens e análises acadêmicas, dos graves problemas enfrentados pelas populações indígenas no país. Eu pouco sabia da história real de nossa colonização e só então me dei conta

* Licenciada em Letras e em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora da rede pública e particular, atuando no ciclo II do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na educação superior. Atualmente faz cursos de especialização em Filosofia Antiga e é formadora de professores na área de Língua Portuguesa, leitura e produção de textos, pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

de que o que houve foi o extermínio de nações inteiras. O que estava em pauta na época era a necessidade de avançar na demarcação das terras indígenas, já que os sobreviventes dentre os povos da floresta travavam lutas desiguais com latifundiários, grileiros, garimpeiros e madeireiros, sempre ameaçados em seus direitos fundamentais. Naquela época, duas leituras foram essenciais para meu aprendizado sobre a ocupação da Amazônia: **Mad Maria**, do manauense Márcio de Souza, e **Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**, de Francisco Foot Hardman. Esses livros tratam da ocupação dessa região no final do século XIX e início do XX – o primeiro pelo viés da literatura; o segundo, por meio de uma reflexão aguda calcada em relatos e documentos históricos. O foco dos dois é a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que ficou conhecida como Ferrovia da Morte, pelos obstáculos encontrados na implementação de um projeto desenvolvimentista delirante e fracassado, e que causou a morte de milhares de trabalhadores anônimos vindos dos vários países.

Além dos livros – e aqui não posso deixar de mencionar **Maíra**, o belo romance do antropólogo Darcy Ribeiro – o cinema também contribuiu informar o que ocorria com os indígenas no país inteiro. Mas não era fácil saber das coisas naquela época: a censura da ditadura militar fez com que apenas em 1981 minha geração pudesse assistir numa sala de cinema ao drama/documentário **Iracema, uma transa amazônica**, realizado em 1976 e dirigido por Jorge

Bodansky e Orlando Senna. Lembro-me das sessões clandestinas que promovíamos, sempre bastante tensas, para poucas pessoas, com o filme projetado na parede de uma sala de aula, com som quase inaudível pela precariedade dos projetores que conseguíamos emprestados. Ícone do cinema-denúncia na época, o filme desconstrói de vez a imagem idílica da região ao retratar o desmatamento que



Cena do filme *Iracema, uma transa amazônica* (1976).

corria solto, a venda ilegal de madeira, a destruição da floresta pelas queimadas e, sobretudo, as condições de vida das populações indígenas jogadas na miséria pela construção da desastrosa Rodovia Transamazônica, propagandeada pelos governos militares como símbolo do “progresso” do país. Premiado no exterior, fazendo sucesso nos cineclubes europeus – para onde era levado clandestinamente – o filme traz como personagem-título uma Iracema bem diferente da “virgem dos lábios de mel” sonhada por José de Alencar: aqui ela é a indiazinha adolescente que se prostitui para sobreviver no meio da exploração econômica a que a região amazônica e seu povo foram desde sempre submetidos.

Naqueles mesmos tempos de estudante – em meados da década de 1970, numa viagem a Belém (PA) – é que pude pela primeira vez ver de perto a tão sonhada exuberância da Amazônia, com suas matas e seus rios infinitos. Que espanto e que encantamento me causaram o perfume das frutas nas ruas; mangueiras e jaqueiras centenárias dando sombra generosa aos pedestres da cidade encravada na floresta! Quando hoje leio as belas descrições de Milton Hatoum dos quintais manauaras, o perfume que sinto é o das ruas da cidade de Belém daquela época.

Mas naquela viagem não demorou para que o sonho da Amazônia idealizada, que sempre acabava voltando, desmoronasse de novo, embora a beleza da paisagem permanecesse intacta. Foi quando, depois de uns dias perambulando pelos mercados e descobrindo os sabores do Norte, percorri de barco quase 300 quilômetros do rio Tocantins, saindo de Belém em direção ao Sul. Margeávamos comunidades ribeirinhas próximas às obras da Hidrelétrica de Tucuruí, a ser inaugurada algum tempo depois. Meu objetivo, além de conhecer a região viajando num barco, era visitar um irmão que se mudara para lá com a família para trabalhar na fase inicial de construção da usina. Além de dois ou três turistas, entre os quais eu me incluía, os passageiros eram os chamados caboclos, os filhos da terra, habitantes locais que traziam de Belém mercadorias – verduras, farinhas, carne seca, peixe – e muitos animais vivos para abastecer suas despensas. O barco levava também, amontoados nas redes que cada passageiro trazia para dormir, homens vindos de todos os cantos do país em busca de trabalho na usina. A aglomeração de pessoas e a desorganização das rotinas no barco contrastavam com a placidez da paisagem – era impressionante a beleza do rio imenso, de suas águas calmas na maior parte do percurso; ao longe, impassível, a grande floresta ouvia o som do motor, o que não permitia que aves e animais se aproximassem muito de nós. Algumas vezes, as margens sumiam de vista e a navegação parecia acontecer num mar de águas tranquilas, às vezes verdes, às vezes amareladas.

De quando em quando o barco se aproximava das margens para embarque e desembarque dos habitantes das comunidades ribeirinhas em torno do Tocantins, localidades cujos nomes já se perderam em minha memória. Parecia que muitos dos passageiros, talvez a maioria deles, eram remanescentes de populações indígenas que haviam se dispersado, expulsos de suas terras que em breve seriam inundadas pela hidrelétrica, projetada com dimensões gigantescas para a época. Depois de perder seu lugar, sua identidade e seu modo de viver, essas pessoas tentavam agora sobreviver do pequeno comércio, ou como peões da obra, ou de pequenos expedientes; enfim, do que podiam conseguir na nova situação. Lembro-me da tristeza ao encontrar ali, sentadas à beira dos barrancos enlameados onde o barco atracava, pequenas Iracemas quase crianças. Vestidas para parecer sedutoras, elas buscavam atrair os homens que desembarcavam. Forçavam sorrisos nas bocas ainda infantis e pintadas de batom forte; sorriam tentando esconder com as mãos os dentes estragados e mostravam disposição para um programa rápido em troca de qualquer coisa que lhes rendesse um prato de comida. As zonas de embarque e desembarque se transformavam numa espécie de feira livre, onde se vendiam galinhas, peixes, frutas, farinhas, artesanato indígena, roupas e todo o tipo de bugigangas; garimpeiros ou atravessadores anunciavam pepitas de ouro, ansiosos por vendê-las a quem desembarcasse para comprar água, refrigerantes ou biscoitos antes de continuar a viagem. Nessas paradas, era comum que soldados entrassem ou saíssem do barco para se misturar às aglomerações que se formavam na feirinha à beira dos atracadouros. Estariam esses soldados, – eu pensava – em busca de informações sobre possíveis militantes políticos procurados pelo exército na região? Afinal, apesar da censura à imprensa, já há algum tempo chegavam à universidade notícias vagas de que o exército deslocava cada vez mais tropas para combater a Guerrilha do Araguaia, que resistia bravamente ao norte de Goiás e no Pará. A presença de soldados no barco visivelmente incomodava muito as pessoas, já que todos se calavam à sua simples aproximação. Essa era a Amazônia profunda, a região em que as vidas das populações ribeirinhas e dos povos da floresta se degradavam para que usinas e estradas fossem construídas em nome do “desenvolvimento” e da “integração” nacional, conforme líamos nos jornais e nas revistas.

Nunca mais havia voltado à região Norte, mas recentemente a vida me deu de presente outra viagem, de novo para o Pará. Dessa vez, como mediadora voluntária, acompanhando, com outras seis mediadoras, quatro jovens que frequentam o Projeto MeWe (Eu e nós), um dos projetos de inclusão do Núcleo Morungaba, associação que trabalha com jovens e adultos com deficiência física ou intelectual, recebendo também adolescentes que vivem em condições de acolhimento em abrigos de São Paulo.

O acaso fez com que minha imaginação e disposição para essa viagem estivessem extremamente aguçadas por leituras e releituras de obras que eu vinha fazendo na época para atividades do **Especial Literatura na Escola**, da **Plataforma de Letramento**. Entre eles alguns têm como foco a Amazônia, seus rios e matas, seus mitos e tradições, seus habitantes. Eu



concluía há algum tempo uma atividade comparando a representação indígena em **I Juca Pirama**, de Gonçalves Dias, poema épico do século XIX, e em **Meu vô Apolinário**, do paraense Daniel Munduruku, um dos expoentes da literatura indígena contemporânea no Brasil. Coloquei em minha bagagem os livros que abordaria na atividade seguinte, **Contos amazônicos**, do escritor realista paraense Inglês de Sousa, do final do século XIX, e **Amazonas – águas, pássaros, seres e milagres**, do poeta

Thiago de Mello, natural do estado de Amazonas, autor contemporâneo. Quem sabe essas leituras amazônicas pudessem embalar meu sono ou, na pior das hipóteses, driblar minha insônia nas noites estreladas, ouvindo o silêncio do rio, quando deitasse em minha rede no barco que seria nossa casa durante alguns dias?

Antes da partida, a viagem foi intensamente preparada durante um semestre pelo grupo. Em reuniões quinzenais, partindo dos interesses e expectativas do grupo, pesquisamos e estudamos a localização da região a ser visitada; assim, o grupo de jovens ia formulando questões a serem respondidas, quem sabe, durante a viagem. A ideia era levar as meninas representantes do Projeto MeWe – Cibele, Helena, Maria Eduarda e Emily – para conhecer a região e conversar com frequentadores de instituições locais – e seus educadores – que também se dedicam à inclusão social de modo geral e à dos deficientes em particular. Outro objetivo era visitar e trocar experiências com habitantes de comunidades ribeirinhas ao longo dos rios Tapajós e o Arapiuns, pequenos núcleos organizados em torno de projetos de economia colaborativa e sustentável, em busca de autossuficiência e lutando pela preservação do meio ambiente.

Como nem todos os participantes do Projeto puderam vir presencialmente, conseguimos fazer com que os que ficaram em São Paulo – tanto as pessoas com deficiência, como amigos e familiares – nos acompanhassem on-line: ao longo dos dez dias de viagem, postamos filmes, áudios e fotos dos principais momentos vividos, conversamos, respondemos às questões e aos comentários sobre nossas experiências, numa rica interação de todos com os representantes e mediadores. Éramos um grupo de onze pessoas, todas mulheres, que denominamos Viajantes da Amazônia. Os que ficaram em São Paulo puderam também conhecer a tripulação do barco – o competente capitão Nonato e seus gentilíssimos ajudantes, Franklin e Maritama, que sabem tudo dos rios, dos ventos favoráveis ou não à navegação, dos sabores dos peixes, dos horários das marés, dos locais em que podíamos descer para um banho seguro, livres de arraias e de piranhas; viram a linda e alegre cozinheira Rosângela, que nos mimava dia e noite

com quitutes da região, sucos e tapiocas, bolinhos e sopas de peixe, maravilhosas moquecas de tambaqui e tucunaré... Tripulação que por uma semana nos acolheu, nos protegeu e acabou se tornando uma extensão do grupo, ensinando-nos muito nessa rica convivência.

Liderando a tripulação e encantando a todos nós com sua sabedoria e força, tínhamos a presença de D. Maria Odila Godinho, líder local que recebeu o título de Guardiã da Floresta, conferido a poucas pessoas, a quem mais se destaca na luta pela preservação das matas. Uma mulher rara e cheia de coragem. Era ela quem nos apresentava às comunidades ribeirinhas, que ajuda a organizar em cooperativas para trabalhar com práticas econômicas sustentáveis, transformando atividades tradicionais – como a criação de peixes em tanques-redes flutuantes, o manejo da palha de tucumã, o manejo de abelhas nativas, a criação de hortas/viveiros, o processamento da mandioca e seus derivados – em oportunidade de geração de renda, resgatando saberes e habilidades tradicionais indígenas e valorizando a identidade cultural dos ribeirinhos.

Lembro-me especialmente das rodas de conversa que D. Maria Odila mantinha com o grupo antes de nosso desembarque rumo às comunidades. Com a sabedoria dos que nasceram no lugar e se educaram na luta pela permanência das populações ribeirinhas em seus locais de origem, ao falar com o grupo ela se dirigia especialmente às nossas representantes, considerando as especificidades de cada uma, mas sempre valorizando suas capacidades. Em suas falas, adaptava a linguagem de forma a que elas entendessem os objetivos, as características e a história de cada comunidade que visitamos: Anã, Atodi, Arimum e Maripá, todas situadas na Reserva Extrativista de Tapajós-Arapiuns.

Muito rapidamente, D. Maria Odila entendeu que as meninas representantes eram as protagonistas de nossa viagem e que nós, mediadoras, nos situávamos sempre um passo atrás delas, numa posição de apoio e de incentivo. Com sensibilidade, percebeu que, nas visitas, as vozes deviam ser as delas e não as nossas. E que elas estariam falando de si, mas ao fazê-lo representavam outras pessoas em situação de vulnerabilidade social, outras pessoas com

deficiências diversas. Cibele, Maria Eduarda, Helena e Emily sabiam que tinham muito o que aprender na viagem, mas também muito o que ensinar. Cada uma a seu modo, elas têm clareza de que sua simples presença causa impacto em localidades onde, por ausência de recursos e de informações, os deficientes vivem à margem



ou “escondidos” em suas casas ou instituições, pouco frequentando espaços públicos, pouco interagindo socialmente; elas percebem que sua visibilidade põe em pauta questões fundamentais como os direitos dos deficientes, a acessibilidade nos equipamentos urbanos, a necessidade de políticas públicas em favor desses grupos, a falta de informação da população, o preconceito, os diversos olhares com que são vistos os “diferentes”.

Levando em conta tudo isso, as representantes do Projeto MeWe se prepararam para entrevistar e para ser entrevistadas nas comunidades ribeirinhas e também em instituições

visitadas na segunda etapa da viagem, em Santarém: a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae), a Pastoral do Menor, o Abrigo Reviver, a Associação Santarena de Estudos para Aproveitamento dos Recursos da Amazônia (Seara) e o Projeto Saúde e Alegria. Conseguiram falar do lugar onde moram, de suas rotinas, de seus sonhos e de suas necessidades, provocando reflexão a fim de modificar comportamentos. Para ajudá-las nessas falas públicas, trouxemos de São Paulo um livro-caderno que foi elaborado com muito cuidado. Nele, todos os frequentadores do Projeto escreveram pequenos textos de apresentação, desenharam, colaram fotos de suas famílias e de amigos, de suas casas, escolas, locais frequentados na cidade, enfim, coisas de que poderiam representar sua vida e sua cidade. As representantes tinham suas páginas no caderno e elas funcionavam como um fio condutor de suas falas. O caderno, bonito e colorido, composto por variados tipos de materiais – papéis coloridos, tintas, folhas e sementes, entre tantos outros – provocava grande interesse na audiência, além de ter-se revelado um valioso material de apoio.

Essas rodas de conversa, principalmente as realizadas nas comunidades do Arapiuns, eram pura magia. Magia pelo ambiente especial em que nos encontrávamos: às margens do grande rio, que às vezes avistávamos ao longe, sob a sombra das árvores da floresta, ouvindo os sons



Crianças da comunidade ribeirinha de Arimum, na Reserva Extrativista de Tapajós-Arapiuns (PA) durante roda de conversa. Foto: Projeto Morungaba, 2016.

da natureza, sentados em círculo em pequenos bancos de madeira ou no chão de terra batida. Mas o encanto provinha, sobretudo, do acolhimento que recebemos de nossos interlocutores – homens e mulheres adultos ou jovens, acompanhados de seus filhos, lindas crianças de feições indígenas. Estas se acercavam de nós com olhar curioso e atento. Todos nos receberam e generosamente falaram de si, de seu lugar, de seus projetos. Em algumas comunidades, nos ensinaram por meio

de oficinas, como a de corte, tingimento e trançado de palha de tucumã, ou a chamada “farinhada”, o preparo da farinha de mandioca; em outras nos brindaram com seus produtos, como o mel das abelhas nativas, os bolos, biscoitos e bolinhos de beiju, oferecidos no lanche, com muito capricho, em bandejas de palha trançada, acompanhados de sucos de frutas colhidas na mata.

Nesses encontros, observamos que nossos interlocutores dispõem de um poder de escuta tão natural que só pode ser fruto de uma noção de tempo diferente da nossa. E que, felizmente, eles ainda preservam. Notamos que essa capacidade é de todos: desde os adultos mais experientes, a liderança local, pessoas acostumados às reuniões das cooperativas, passando pelos jovens, e muito forte também nas crianças. Trata-se de uma verdadeira entrega, em que nada parece ser mais importante do que ouvir o outro. Sem a urgência e a dispersão dos habitantes da cidade grande, como nós, que cada vez mais nos distanciamos do olhar, da voz e da presença do outro, em nossos encontros quase sempre mediados pela tecnologia subordinados à tirania do relógio, à pressão dos demais compromissos. Assim, algumas de nossas meninas – que apresentam um ritmo mais lento na fala e têm dificuldades motoras ou cognitivas – não se mostraram ansiosas em suas apresentações orais, pois não percebiam nenhum sinal de impaciência nos que se reuniram para ouvi-las.

Sabemos que a Amazônia – assim como tantas outras regiões do país – é ainda palco de grandes conflitos de interesses, de lutas violentas, de perseguições contra indígenas, ambientalistas, enfim, contra os que lutam por preservar sua inestimável riqueza. Enquanto navegávamos, os tripulantes nos mostraram, mais de uma vez, embarcações certamente carregando madeira ilegal; muitas foram as histórias inacreditáveis que ouvimos sobre desrespeito aos direitos dos indígenas e dos ribeirinhos; sobre desmandos em relação aos rios e às florestas. Porém, constatamos a preocupação e a organização de muitas pessoas, que tivemos o privilégio de conhecer, em torno das questões ambientais mais prementes. Por exemplo, a luta no momento era pela proteção do rio Tapajós e pela demarcação da terra indígena Sawré Muybu, do povo Munduruku – e sempre me lembrava de Daniel Munduruku, cuja obra é conhecida por tantas crianças, jovens e adultos Brasil afora – que está ameaçada por hidrelétricas previstas na região e que inundariam vastas áreas da floresta, dizimando espécies raras e destruindo parte do território indígena.



Nesse sentido, os núcleos ribeirinhos que visitamos estão vivendo um processo de empoderamento das comunidades, em que é fundamental a preservação e a renovação das lideranças locais. D. Maria Odila, por exemplo, é fundadora e presidente da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta (Turiarte) – que aglutina projetos de artesanato em cinco comunidades do Tapajós-Arapiuns. Um dos inúmeros projetos concebidos por D. Maria Odila é o do grupo de mulheres denominado Musa, concebido para apoiar a criação de peixes em tanques-rede flutuantes nas margens do Arapiuns, perto da Comunidade de Anã.

Os berçários de tambaquis e tucunarés pertencem a famílias da comunidade, num projeto criado para baratear e conferir qualidade à alimentação dos moradores e suprir de nutrientes a merenda escolar, que era extremamente pobre. Como os peixes são alimentados com ração comprada em Santarém a preço de mercado, as mulheres do Musa aprenderam a técnica de produzir uma ração alternativa, com o objetivo de baratear o projeto dos tanques flutuantes.

No momento, está sendo construída, com muita dificuldade, uma edificação para abrigar as máquinas necessárias à produção da “ração das Musas”. Na visita que fizemos aos berçários flutuantes, comentei com D. Maria Odila o quanto eu gostava do nome do grupo e lhe perguntei o que significa a sigla. Musa – “Mulheres Sonhadoras em Ação”, ela me respondeu. Nada mais apropriado para se referir àquelas mulheres. Estávamos no meio do rio, cercadas da mata, com as árvores submersas começando a erguer seus galhos ao sol – era época da vazante, quando os rios começam a recuar formando lindas praias de areia branca. Então comentei com elas que as Musas, na mitologia grega, são divindades filhas de Zeus, o mais poderoso deus do Olimpo, e de Mnemósine, deusa da Memória. Memória (Mnemósine) tem o poder de resgatar os seres e os fatos do reino noturno do esquecimento e revelá-los aos mortais, dando-lhes o dom da palavra, o poder da palavra. Para isso, servia-se de suas nove filhas, as musas, também conhecidas como “palavras cantadas”. Por esse motivo é que as musas eram invocadas pelos poetas da Antiguidade clássica e do Renascimento, pois

acreditava-se que , sem estas, eles não realizariam suas obras. D. Maria Odila e as outras mulheres do grupo – e também os homens presentes, seus companheiros criadores de peixes em Anã – abriram um largo sorriso. Todos identificaram-se com as musas, percebendo o poder de suas palavras e de suas ações.

Entre tantas histórias vividas, não encontrei muito tempo para ler os **Contos amazônicos**, que tinha levado na bagagem; adiei o belo “Acauã” e outras peripécias dos “tapuias” contadas por Inglês de Sousa para o retorno a São Paulo. Mas antes disso ainda aconteceu uma roda de leitura e de conversa na nossa despedida do pessoal do barco. Iríamos, no dia seguinte, para Santarém e Alter do Chão, a parte da viagem em terra firme. Eles nos prepararam uma piracaia – tipo de churrasco de peixe preparado na fogueira – ao som de carimbó, ritmo paraense que aprendemos a apreciar. Estávamos numa prainha de areia branca e finíssima, no meio da bacia do grande rio Amazonas. Era o Arapiuns, o menino calmo, como dizia D. Maria, um afluente de um afluente de um afluente... Para todos os lados que olhávamos víamos água; e lá no fundo a mata silenciosa. Já era noite quando, numa roda que formamos, li para a turma alguns trechos do livro de Thiago de Mello: vimos como se formou e por onde passa o Amazonas, “a pátria da água”, nas palavras do poeta; a lenda das guerreiras que deram nome ao grande rio e que viviam na Serra do Espelho da Lua, no Nhanmundá, afluente do Amazonas; relembramos a história do boto, o peixe que vira gente para seduzir as meninas nas festas. Como foi rica a roda de conversa depois da leitura, recheada das intervenções da tripulação, que ia resgatando outras versões das histórias, acrescentando detalhes e enriquecendo nosso grupo com tudo o que conheciam sobre o lugar que fomos conhecer. Eles, os filhos da terra em que estávamos, e que dela sabem tudo e muito mais.